

**GOVERNO EM HANNAH ARENDT: ESTRUTURA POLÍTICA, ESPAÇO
PÚBLICO E ATIVIDADES HUMANAS**

**GOVERNMENT IN HANNAH ARENDT'S THOUGHT: POLITICAL STRUCTURE,
PUBLIC SPHERE AND HUMAN ACTIVITIES**

Mariana de Mattos Rubiano¹

<https://orcid.org/0000-0001-7878-0471>

Resumo: Este artigo discute a relação entre forma de governo, espaço público e modelo de cidadania a partir do pensamento de Hannah Arendt. O sentido do texto é de indicar como a autora define as formas de governo, sua relação com as atividades humanas da vida ativa e do espírito para indicar que Arendt pode ser lida como uma pensadora do governo. Partimos da distinção entre os governos que promovem a liberdade e aqueles que a restringem ou destroem para indicar diferenças entre estrutura de governo, essência, princípio e modelo de cidadania e como tais elementos incidem nas atividades humanas.

Palavras-chave: governo - formas de governo - atividades humanas - liberdade

Abstract: This article discusses the relationship between form of government, public realm and model of citizenship based on Hannah Arendt's thought. The purpose of the text is to indicate how the author defines the forms of government, their relationship with the human activities and the life of the mind in order to indicate that Arendt can be read as a thinker of government. We start from the distinction between governments that promote freedom and those that restrict or destroy it to indicate differences between government structure, essence, principle and model of citizenship and how such elements affect human activities.

Keywords: government - forms of government - human activities - freedom

1 Pós-doutora em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Projeto de pesquisa financiado pela Fapesp, número: 2017/23401-1. E-mail: mariana.rubiano@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5555297498661091>

Introdução

No artigo "Que é autoridade?", Hannah Arendt divide as formas de governo em dois grandes grupos. De um lado, as que promovem a liberdade pública - tais como a democracia, república, o sistema de conselhos). De outro, as autoritárias que de algum modo restringem a liberdade pública – como na oligarquia, aristocracia, governo representativo e burocracia – ou mesmo que destroem a liberdade – como ocorre na tirania, ditadura e totalitarismo.² Nesse sentido, o governo pode ter dois significados distintos: ser sinônimo de dominação quando restringe ou acaba com a liberdade pública, ou ser entendido como poder popular e comunitário organizado e institucionalizado por promover a liberdade pública. Em outras palavras, as formas autoritárias estabelecem uma divisão entre governantes e governados e também operam mecanismos de opressão. Já as outras formas de governo contam com instituições e leis que possibilitam a participação ampliada no debate e na deliberação dos assuntos de uma comunidade. Segundo a autora, “É posto que o governo [*government*] é essencialmente poder organizado e institucionalizado, a questão ordinária ‘qual é o fim [finalidade] do governo?’ também não faz muito sentido. A resposta será redundante – possibilitar que os homens vivam em comum [...]” (ARENDDT, 2010b, p. 69.).

Dentre as formas de governo que acabam com a liberdade Arendt discute mais detidamente o totalitarismo, já dentre os governos que restringem a liberdade pública, a autora trata principalmente da democracia representativa liberal e da burocracia. Podemos notar que ela dá prioridade para refletir as formas de governo contemporâneas, as quais não podiam ser pensadas aplicando as categorias tradicionais e formuladas a partir de experiências anteriores ao século XX. A autora também fala dos governos que promoveram a liberdade para fazer um contraponto crítico aos governos autoritários e, além disso, para mostrar a novidade que as revoluções fizeram nascer, mas que foram obliteradas: o sistema de conselhos.

Ao discutir autoridade, em *Entre o Passado e o Futuro*, Arendt analisa especificamente as formas de governos autoritárias e descreve a estrutura e a diferença de cada uma delas. Ela faz isso para combater a concepção liberal e equivocada que foi amplamente divulgada sobre o totalitarismo, a saber, que a diferença entre tirania, ditadura e totalitarismo estaria no grau de restrição de liberdade (ARENDDT, 2005, p. 133). A autora demonstra que estas formas de governo possuem diferenças estruturais, de aparato do governo, de técnicas da administração e organização da dominação. A seguir apresentaremos cada uma delas relacionando a especificidade de cada forma de governo com a configuração do espaço público e a imposição de um modelo de cidadania. Depois trataremos da relação entre a definição de liberdade e as formas de governo.

2 É importante ressaltar que Arendt não desenvolve um debate sobre as formas de governo aristocrático, oligárquico e monárquico.

Tirania

Desde o início da filosofia política o tirano consiste naquele que governa de acordo com o próprio arbítrio e interesse sem nenhum respeito às leis. Ele obriga os súditos a cumprir as suas ordens e vontades sem a menor preocupação com a vontade e o interesse dos governados. A tirania, segundo Arendt (2005, p. 136), é uma forma igualitária de governo: “[...] o tirano é o governante que governa como um contra todos, e os ‘todos’ que ele oprime são iguais, a saber, igualmente desprovidos de poder”. Nessa estrutura o governante está no topo, acima de todos e descolado dos governados. Ele se apoia na força das armas, governa pela violência e oprime igualmente a todos. Desse modo, o espaço público se torna um lugar silencioso e inóspito, onde ninguém pode falar e ser ouvido, expressar e trocar opiniões, pois a violência afasta os seres humanos e faz todos permanecerem em silêncio. Na tirania as pessoas ficam restritas ao espaço e às atividades privadas, vivem isoladas e desintegradas, pois carecem do espaço onde poderiam formar vínculos públicos. Nesse contexto, não existem cidadãos, apenas súditos.

É importante notar que o tirano não busca controlar os espíritos e as singularidades, ou seja, a liberdade de pensamento pode ser conservada, assim como a faculdade de querer e julgar. No entanto, o espaço onde os pensamentos, projetos e juízos poderiam ser expressados e compartilhados está interdito. Arendt usa a metáfora do vento para mostrar o efeito do pensamento. Ele tira as coisas do lugar, derruba o que não tem bom fundamento uma vez que consiste no diálogo interior que questiona tudo, é a atividade do espírito em que o eu se divide em dois para perguntar e responder a si mesmo (ARENDR, 2000, p. 139). O pensar entendido como questionamento tem a capacidade de destruir preconceitos e prejulgamentos, deste modo, abre possibilidade de julgar os acontecimentos e opiniões, de se assumir o lugar de árbitro dos eventos, opiniões e atos. O juízo consiste tanto na capacidade de aplicar uma regra geral ao particular, quanto na capacidade de extrair uma regra de algo particular quando não dispomos de nenhuma regra prévia para aplicar. Já a vontade antecipa o futuro, faz planos, transfora o querer numa intenção (ARENDR, 2000, p. 60). Ora, o tirano seria ameaçado com qualquer questionamento, juízo ou projeto que fosse apresentado no espaço público.

Podemos afirmar que sem a experiência de troca de ideias e do debate no espaço público a vida do espírito fica debilitada, também podemos concordar com La Boétie (1999) em que o tirano procura fomentar todo tipo de vício nos súditos: torná-los moles e covardes por meio da intimidação, iludir com prazeres vazios, ganhos, recompensas e inspirar admiração pela sua força. No entanto, na perspectiva arendtiana essa influência na vida espiritual não é determinante, o principal na tirania consiste na aniquilação do espaço público para que o pensamento, o juízo e projetos da vontade não

possam ser expressados e comunicados aos outros. Ou seja, as atividades espirituais não devem aparecer em palavras e atos.³

Ditadura

Já a ditadura opera de acordo com leis, mas não são leis que foram feitas por meio de debate e deliberação pública-política, pois elas são externas e superiores aos membros da comunidade. As leis nessa forma de governo são entendidas como naturais, divinas ou feitas por sábios. Levando isso em conta, por não se tratar de um governo com base no arbítrio, a ditadura pode até deixar intactos alguns poucos direitos civis (ARENDR, 2005, p. 134), no entanto, o povo não pode debater as leis, reivindicar novos direitos e tomar parte nos assuntos que dizem respeito a toda comunidade. O governo ditatorial é excludente, extremamente hierárquico e, segundo Arendt, tem a forma de pirâmide. Sua fonte de autoridade é externa, transcendente (a lei natural, divina ou do sábio), e legitima o poder que está centrado no topo da pirâmide. Cada camada inferior da pirâmide possui menos autoridade que a superior e a base, onde se encontra a maioria, não possui autoridade alguma, deve apenas seguir as ordens superiores. A autora afirma que o governo da Igreja durante a Idade Média seguia este formato, esta mesma estrutura (ARENDR, 2005, p. 135).

A essência do governo ditatorial é a hierarquia e seu princípio é a crença numa doutrina ou autoridade transcendente. Trata-se de um regime não igualitário, que estabelece a desigualdade e a distinção entre membros de uma comunidade. A desigualdade e a hierarquia são justificadas e mantidas pela crença numa fonte de autoridade superior e acima dos seres humanos comuns que não têm acesso ao saber ou à verdade revelada. Evidentemente, a violência também tem um papel na ditadura, ela é usada para evitar questionamentos e o debate público, assegura que os governados vão obedecer a autoridade. É um regime em que o debate público e deliberação comum se encontram restritos ou são inexistentes. Mesmo os governantes que estão no topo da pirâmide pouco debatem ou deliberam, seu papel se limita a interpretar as leis da natureza, a revelação divina ou alcançar a verdade e decidir maneiras de fazer cumprir tais leis. O espaço público é muito restrito e hierarquizado, nem todos possuem autorização de falar e opinar, ele deve ser tomado por um só discurso que visa a divulgar as leis naturais, os mandamentos divinos ou a verdade dos sábios. Nessa forma de governo, os governantes sabem o que devem ser feito e dão ordens, já os governados devem executar as ordens (ARENDR, 2005, p. 148). Nesse sentido, os que vivem numa ditadura devem ser obedientes e convictos, isto é, convencidos da legitimidade da autoridade suprema e transcendente e,

3 Arendt não desenvolve muito mais quais elementos compõem a dominação do tirano além da violência. o mesmo ocorre com a ditadura. A autora também não analisa detidamente como se dá a dominação ditatorial. Entendemos que isso se dá em razão de que seu interesse maior consiste na análise dos regimes totalitários, de modo que ela trata de tirania e ditadura apenas para mostrar a distinção entre estes regimes e o totalitarismo.

ainda, acreditar que os governantes a representam. Levando isso em consideração, podemos dizer que a ditadura procura controlar a atividade espiritual: a obediência só pode existir em quem não mobiliza a faculdade do pensar para questionar a validade das ordens, a verdade de doutrinas e opera sempre com preconceitos e prejuízos. Quem obedece conforma seu querer com as ordens dadas e usa o pensar e o julgar apenas para aplicar a regra geral, emitida pelos governantes, aos casos particulares. Em resumo, quem obedece não age com espontaneidade, pois não mobiliza de modo autônomo e singular as faculdades de pensar, querer e julgar.

O exemplo da Igreja na Idade Média é pertinente: ela revela a verdade, diz como o mundo foi criado, que funciona pelos desígnios divinos, dá orientação moral – diz como conduzir a vontade e o que é certo e errado.

Totalitarismo

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt trata detidamente da forma de governo totalitária. Ela adverte que este não é um regime arbitrário, pois respeita rigorosamente uma lei entendida como superior: a lei da natureza no nazismo (existe um raça superior que deve dominar a Terra) ou da história (existe uma classe superior que deve dominar a Terra). Para não obstruir essa lei, é válido desrespeitar as leis positivas e instituições públicas, sacrificar os interesses vitais e imediatos da maioria ou mesmo de todos (ARENDR, 1989, p. 514). Essa lei totalitária não pode ser relacionada com certo e errado ou com um código moral e, embora seja admitida pela maioria, não consiste num senso de justiça compartilhado. A concepção de lei totalitária está ligada a um movimento, a um processo de evolução linear e infinito. Por ser uma lei de movimento, ela é completamente oposta às concepções de lei anteriores que formavam uma estrutura, delimitavam fronteiras e buscavam estabilizar a relação entre os membros de uma comunidade. Eram leis que dividiam espaços, limitavam o movimento, pois estabeleciam marcos apontando onde não é permitido ir e o que não se deve fazer (ARENDR, 1989, p. 515). De acordo com Arendt, as concepções anteriores de lei visavam a estabelecer um certo vínculo entre os seres humanos e a conferir estabilidade no mundo (ARENDR, 1989, p. 517).

A autora afirma que as leis positivas indicam o que não se deve fazer, mas nada dizem sobre o que se deve fazer. Ela retoma Montesquieu para mostrar que aquilo que diz o que se deve fazer é o princípio da forma de governo, pois este princípio inspira as atividades de governantes e governados. Segundo Montesquieu, na tirania o princípio de ação é o medo, na monarquia é a honra e na república a virtude. Arendt identifica a ideologia como o princípio de ação, ou melhor, o princípio do movimento do totalitarismo.

A autora define a ideologia totalitária como a lógica de uma ideia que explica toda e qualquer ocorrência a partir do desdobramento de uma única premissa (ARENDR, 1989, p. 520). Esta premissa consiste na lei totalitária. A premissa do movimento nazista, por exemplo, é a de que a humanidade está dividida em raças e existe uma raça superior, pura. A ideologia faz o desdobramento dedutivo e coerente desta premissa: se existe uma raça superior, as outras vão fenecer e todo ato que contribuir para a destruição acelera o movimento da natureza.

Segundo a autora, uma ideologia totalitária é composta por três elementos: primeiro, consiste em uma explicação total a qual não trata daquilo que é ou do que acontece, mas do que virá a ser ou acontecer. Trata-se de uma explicação total do passado, do presente e previsão segura do futuro. Nesse sentido, ela pressupõe o movimento. Em segundo lugar, é uma ideologia que se emancipa da experiência, insiste numa realidade mais verdadeira do que aquela percebida pelos sentidos. A ideologia dissolve as contradições e perplexidades na medida em que coloca um fato ou informação como uma etapa de um movimento coerente, já identificado e com resultado previsível logicamente. Isto invalida a percepção dos sentidos e as contradições do presente. Terceiro, a ideologia arruma os fatos como numa demonstração dedutiva, torna a realidade coerente e segura ao descartar os fatos que não corroboram a premissa ou a conclusão.

É importante notar que a ideologia não está relacionada somente com o pensamento lógico, ela também está ligada às atividades no mundo: na medida em que mostra como se comportar de acordo com a direção do movimento natural ou histórico, como fazer para produzir o futuro que foi previsto por ela (ARENDR, 1989, p. 523).

Além de apontar a ideologia como princípio de movimento do totalitarismo, Arendt trata da essência dessa forma de governo. Se a essência da tirania é a ilegalidade, pois o tirano governa conforme seu arbítrio, então, a essência do regime totalitário é o terror. O terror consiste na violência organizada para converter em realidade a lei totalitária. Arendt afirma que a polícia secreta é o órgão executivo no totalitarismo, pois a polícia por meio da violência transmite e torna realidade as ordens do governo.⁴ Enquanto a violência nas tiranias e ditaduras se volta contra criminosos e opositores, no totalitarismo ela é voltada contra os indesejáveis (ARENDR, 1989, p. 484).

Arendt nos mostra que o campo de concentração era uma instituição central para o terror e para a ideologia, consistiam nos laboratórios onde se faziam experimentos de domínio total, isto é, onde se reduzia toda e qualquer pessoa a mesma identidade de reações, eliminando a espontaneidade como expressão humana (ARENDR, 1989, p. 490). Nenhuma ideologia pode se sustentar se os seres humanos agirem com espontaneidade, a coerência exigida pela ideologia só é alcançada se os seres humanos operarem, reagirem de acordo com sua premissa e seus enunciados. Portanto, o governo

4 Por exemplo: a polícia secreta cria a precariedade e a ruína das raças e classes que a lei da natureza ou da história apontavam como inferiores.

totalitário precisa de métodos de condicionamento testados nos campos de concentração para eliminar a espontaneidade e para produzir fantoches que reagem de acordo com estímulos.⁵

De acordo com Arendt, o domínio da ideologia e do terror só foram possíveis por meio de um estrutura de governo que favorece o movimento de radicalização. Para ela, o formato de cebola do totalitarismo permitiu a cooptação das massas e a radicalização. No centro está o líder, agindo de dentro, não de cima como o ditador ou de fora como o tirano. Cada camada da cebola forma uma fachada para as camadas vizinhas, sendo que a mais externa desempenha o papel de mundo exterior e normal para o nível mais interno. Já o nível mais interno, por ter aderido mais à ideologia totalitária, faz o papel de radicalismo para o nível mais externo. De acordo com Arendt, essa organização proporciona a cada nível ao mesmo tempo uma ficção de normalidade e um estímulo à radicalização. Os simpatizantes formam a camada mais externa desta cebola com a qual o mundo não totalitário tem contato, desse modo, a camada dos simpatizantes conferem uma enganosa fachada de ausência de extremismo ao totalitarismo (ARENDR, 2005, p. 136-137).

Enquanto na tirania o governo destrói o espaço público e empurra todos para o espaço privado, no totalitarismo o espaço público é mantido, desvirtuado e controlado. No regime totalitário o espaço público é o lugar onde as massas são organizadas, onde são divulgadas a ideologia e as diretivas do líder. Para Arendt, público originalmente denotava dois fenômenos distintos: a publicidade ou visibilidade e o mundo. Qualquer coisa que adentra o espaço público pode ser vista e ouvida por todos, como se fosse iluminada e amplificada, consegue a máxima divulgação. O espaço público se torna político quando aquilo que é visto aparece em diversas perspectivas e se torna assunto dos seres humanos. O outro sentido do espaço público é o mundo comum, isto é, um lugar onde existem coisas e vínculos que ao mesmo tempo relacionam e separam os seres humanos. Em outras palavras, no mundo comum laços e artefatos reúnem as pessoas na companhia uma das outras sem que elas colidam e se choquem (Arendt, 2010a, p. 62).

No totalitarismo, o espaço público perde a característica de mundo comum e é reduzido ao aspecto de visibilidade, mas trata-se de uma visibilidade destituída de pluralidade, sem diversas perspectivas, pois somente a ideologia é divulgada. A ideologia, como lógica de uma ideia busca convencer que só há uma perspectiva válida e o terror silencia contestadores, faz desaparecer outras perspectivas e busca tornar real a ideologia. O terror também acaba com o espaço mundano ao

5 Foi neste lugar que se deu a maior doutrinação ideológica nas formações de elite da SS. A destruição da espontaneidade e humanidade dos guardas se dava com a eliminação da solidariedade, da responsabilidade e da normalidade. Todos os guardas eram levados artificialmente à perversão, cumpriam sua função criminosa de execuções e torturas friamente, sem nenhuma paixão (tais como compaixão, ódio, prazer, culpa etc). Apenas reagem às ordens como se reage a um estímulo (ARENDR, 1989, p. 505). Também nos campos de concentração que se dava a degradação e o extermínio dos indesejados. Os internos eram cuidadosamente torturados até se tornarem marionetes sem personalidade a ponto de não reagiam a serem levados para morte (ARENDR, 1989, p. 506). Assim, nos campos de concentração foram desenvolvidas as técnicas de terror que destruíam a psique humana e reduziam os seres humanos a um feixe de reações (ARENDR, 1989, p. 492).

comprimir os indivíduos isolados uns contra os outros, formando uma massa e os colocando em movimento. Desse modo, o totalitarismo acaba com a política. A interpretação de Lefort sobre o pensamento de Arendt sintetiza esta aniquilação:

O que se chama ação não é ação quando não há atores. Isto é, quando não há iniciativas que se confrontam com situações inéditas, mas apenas uma decisão do chefe, decisão que se arroga como sendo efeito do movimento da história ou da vida, que recusa a contingência e que só exige de outrem *comportamentos* conformes às normas e às resoluções.

Igualmente, o que se chama ‘fala’ não é fala já que a fala não mais circula, já que desaparece todo vestígio de diálogo, já que um só, o Senhor absoluto, detém o poder de dizer, ao passo que todos estão reduzidos à função de ouvir e transmitir (LEFORT, 1991, p. 68).

Levado isso em conta, Arendt afirma que o cidadão perfeito no regime totalitário não é o súdito amedrontado nem o obediente convicto, mas o fantoche condicionado, aquele que não sabe e nem procura saber a diferença entre fato e ficção e verdadeiro e falso. Em suas palavras:

O cão de Pavlov, o espécime humano reduzido às reações mais elementares, o feixe de reações de comportamento exatamente igual, é o ‘cidadão’ modelo do estado Totalitário; e esse cidadão não pode ser produzido de maneira perfeita a não ser nos campos de concentração.

[...] Sem os campos de concentração, sem o medo indefinido que inspiram e sem o treinamento muito definido que oferecem em matéria, que em nenhuma outra parte pode ser inteiramente testado em todas as suas mais radicais possibilidades, o Estado totalitário não pode inspirar o fanatismo das suas tropas nem manter um povo inteiro em completa apatia (ARENDR, 1989, p. 507).

O regime totalitário visa ao controle total de todas as esferas da vida, isto é, dominar o espaço público, o privado e a vida espiritual dos seres humanos. Mais do que um controle da atividade do pensar, o totalitarismo promove uma redução do pensamento à operação lógica da ideologia. Com esta redução do pensar a experiência, o contato com os outros não pode ensinar coisa alguma, pois tudo já está explicado pelo processo coerente de dedução lógica. A ideologia é, portanto, uma camisa de força do espírito que impede o pensar e o julgar de conferir significado à experiência vivida (ARENDR, 1989, p. 522).

Pólis, república, sistema de conselhos

Arendt formulou sua concepção de espaço público político a partir da democracia ateniense, da república romana e das revoluções. Foram com estas experiências que o espaço público se tornou o lugar em que algo poderia aparecer em uma pluralidade de perspectivas, em que se podia debater e comentar sobre os assuntos que diziam respeito a toda comunidade e que as coisas públicas consistiam no mundo comum, compartilhadas por muitos.

Segundo, Arendt (2010a, p. 78), na pólis ateniense as leis eram entendidas como cercas e muros que delimitavam e resguardavam tanto o espaço público quanto o privado: eram semelhantes ao

muro que cercava a cidade e as cercas que demarcavam o espaço do lar e o diferenciavam da ágora. A lei nesta concepção grega consistia num ato pré-político que estabelecia o âmbito público e suas regras básicas e iniciais. Embora a autora não aponte especificamente a essência e o princípio da democracia ateniense podemos apontar para a isonomia como essência da democracia. Isonomia para Arendt consiste no direito de ir a público para falar e ouvir, ser visto e ver, estar entre pares para deliberar em conjunto sobre os assuntos da cidade. De modo resumido, isonomia seria um modo de se associar aos outros sem dominar nem ser dominado para empreender algo em comum. Isto parece ser a essência da democracia grega. O princípio que inspirava as ações em Atenas parece ser o espírito agonístico, o gosto por mostrar sua singularidade e distinção publicamente. Em outras palavras, o que inspirava as ações dos atenienses era o desejo de fazer aparecer a excelência de cada um por meio de seus atos e palavras.

A partir disso podemos afirmar que o modelo de cidadania da democracia em Atenas era ativo, pois envolvia a ação no espaço público, livre e igual. Os cidadãos estavam entre pares para deliberar sobre os assuntos da cidade. Porém, por outro lado, esta cidadania também envolvia a dominação de quem não era cidadão. Embora Arendt não problematize muito a questão, a atividade política no espaço público implicava a dominação e a hierarquia no espaço privado. Segundo a autora, a cidadania antiga exigia estar livre das necessidades do corpo e do domínio de outrem e isto só poderia ocorrer ao dominar e submeter outras pessoas no domínio doméstico: as mulheres, jovens e escravos eram encarregados de trabalhar para garantir a sobrevivência do cidadão e o tempo livre para a política.

O mesmo ocorria na república romana: embora a instituição da escravidão fosse um pouco diferente da estabelecida pelos gregos, ela também liberava os cidadãos para os negócios públicos na medida em que garantia a condição de não estar submetido às necessidades do corpo e ao julgo de outrem. Levando isso em consideração, Arendt nota que na Antiguidade a atividade mais valorizada era a ação política e o modo de vida do cidadão.⁶ O modo de vida do cidadão era possível pois o trabalho, atividade que se ocupa com a sobrevivência e com a vida era imposta aos escravos e mulheres. No caso de Roma, a obra, a qual produz artefatos, instrumentos e coisas duráveis, também podia ser destinada aos escravos. De todo modo, trabalho e obra eram considerados menos importantes que a ação e os cidadãos não poderiam comprometer muito de seu tempo com estas atividades menores.

Para Arendt, a lei em Roma era entendida como vínculo e conexão entre diferentes grupos dentro da cidade, nesse sentido, era parte da atividade política, pois tratava da aliança e da associação dos cidadãos para conduzir conjuntamente os assuntos da república. Em Roma o espaço público

6 Arendt (2010a, p. 32) retoma a distinção de Aristóteles sobre a diferença entre o modo de vida do cidadão e do escravo para indicar que na mentalidade grega não havia política nem liberdade se todos se dedicassem às atividades privadas. No entanto, a autora não problematiza esta mentalidade no que concerne a esta definição de liberdade ser sustentada pela dominação de escravos, jovens e mulheres.

também era o lugar da pluralidade de opiniões. Para dar espaço a esta pluralidade foram criados no período republicano diversos cargos e instituições que organizavam as deliberações dos assuntos da cidade: cúria, consulado, senado, tribunato da plebe. Também é importante destacar que na república romana havia possibilidade de dissenso, isto fica claro com o poder de veto dos tribunos da plebe. A autora afirma que a autoridade em Roma estava assentada no passado na grandeza da fundação. Desse modo, numa república a autoridade não vem de cima e de fora do corpo político, mas está enraizada no seu passado: no exemplo autorizador dos antepassados, nos grandes feitos dos fundadores e dos que agiram nas instituições públicas (ARENDDT, 2005, p. 166).

Arendt parece concordar com Montesquieu em que o princípio da república é a virtude, definida pela autora como virtuosismo da ação. Este virtuosismo não está ligado com um objetivo ou fim previamente determinado de um ato, mas está relacionado com a própria ação, com a performance do agente. Assim como um arqueiro que atira uma flecha e que dá mais atenção para o movimento e o ato de atirar a flecha do que para o alvo (CÍCERO, 2020, p. 98). Quanto a essência da república, ela consiste em que o poder está no povo, isto é, a forma de governo republicana é potente porque muitos agem em concerto.

Arendt quando analisa as revoluções afirma que nas experiências revolucionárias foram resgatadas ou reencenadas o prestígio do espaço público e da cidadania ativa da Antiguidade. No entanto, as revoluções fizeram mais do que repetir a vida política antiga, pois elas introduziram novidades no mundo e criaram um nova forma de governo: o sistema de conselhos.

De acordo com a autora, nas revoluções o povo abriu espontaneamente diversos espaços destinados ao debate e à ação em conjunto onde eram discutidos os principais problemas da comunidade e também onde se procurou criar novos direitos e um novo corpo político livre. Na Revolução Norte-Americana o povo tomou parte nos assuntos comuns nas assembleias municipais e distritos, na Revolução Francesa o povo participou por meio de assembleias primárias, clubes e sociedades, na Revolução Russa o povo se articulou por meio dos soviets, na Revolução Húngara nos conselhos. Estes conselhos locais em todas as revoluções se articularam e se coordenaram de modo formar conselhos superiores e criar um sistema capaz de governar um país inteiro. O sistema de conselhos permitia a participação ampliada, pois cada um poderia adentrar neste espaço para debater e agir. Além disso, os conselhos locais eram a base das ações e deliberações dos conselhos superiores, de modo que os diversos centros de poder se combinavam e evitavam a centralização de decisões e a divisão entre governantes e governados. Para dizer de modo resumido, o sistema de conselhos está relacionado com o federalismo entendido como combinação e coordenação de diversos espaços de poder.

No pensamento arendtiano, as revoluções não fizeram surgir uma nova concepção de lei, no entanto, a criação e declaração de novos direitos foi fundamental na Revolução Norte-Americana e na

Francesa. Nas declarações de direito revolucionárias Arendt chama a atenção de que o mais importante não era a garantia de direitos individuais e a limitação do poder, mas o direito de ser participante do poder. Ainda, a concepção de libertação foi ampliada, pois passou a significar que aqueles que viveram na obscuridade e na sujeição deveriam ser libertados do jugo da necessidade para que tivessem acesso ao espaço público. Nesse contexto, a questão da miséria mostrou sua faceta política, pois para sair da obscuridade e entrar na luz do espaço público era preciso antes livrar os pobres da opressão das necessidades do corpo.

Para Arendt, os conselhos se depararam então com duas tarefas, uma política e outra social. De um lado, deveria promover a liberdade de debater, deliberar e agir; de outro, promover o bem-estar social, solucionar o problema da miséria. Segundo a autora, o governo a partir da modernidade passou a envolver a administração, com isso, emergiu um conflito entre ação e administração. Este novo sentido de libertação e a entrada dos pobres na esfera pública criou uma tensão sem resolução no interior do pensamento da autora. Por vezes, ela elogia a participação ampliada e indica a relação entre libertação e liberdade pública, porém, em outros momentos ela afirma que a emergência dos pobres no espaço público conduziu à violência e a redução da política em administração das coisas. De todo modo, podemos ver que a concepção de cidadania que surge com as revoluções não podia ser sustentada na imposição do trabalho a um grupo, na sua opressão e exclusão da atividade pública. Por isso, a libertação se torna um problema a partir da modernidade.

Levando em conta as reflexões da autora sobre as revoluções, podemos concluir que o sistema de conselhos compartilha a mesma essência do governo republicano, isto é, do poder residir no povo. No entanto, o princípio parece ser a liberdade. A liberdade aqui é entendida em dois sentidos: participação no governo e novidade. Nas palavras de Arendt: “[...] a liberdade política, em termos gerais, significa o direito de ser 'participante do governo' – afora isso, não é nada” (*Sobre a Revolução*, p. 278). Liberdade também é entendida como início, começar algo novo, inaugurar uma nova era. O espírito revolucionário foi marcado pelo gosto pela participação no governo e pela capacidade humana de iniciar um novo tempo e criar um novo corpo político.⁷

Quando Arendt trata das formas de governo que promovem a liberdade, ela não descreve uma forma ou estrutura. A autora chega a dizer que o sistema de conselhos tem uma forma piramidal em que os conselhos locais se ligam, articulam e sustentam os conselhos superiores. No entanto, é estranho pensar que a grande novidade revolucionária tem o mesmo formato que a ditadura e que a diferença seria que na ditadura a autoridade está no topo, já no sistema de conselhos a autoridade está no início, na fundação; e o poder está na base da pirâmide, isto é, no povo. Ao meu ver parece

⁷ Entendemos que a liberdade como novo início só foi formulada com clareza a experiência revolucionária. Quem participou das revoluções se tornou consciente que a ação fundadora poderia além de criar um novo corpo político, inaugurar uma nova era. Isso ficou evidente com a formulação de um novo calendário na Revolução Francesa.

inadequado usar a mesma forma estrutural para os dois. De todo modo, ela não aponta uma forma para a democracia e a república. Podemos pensar que em razão da liberdade e da pluralidade da ação que funda e mantém a democracia ateniense, a república romana e os sistema de conselhos, não se pode conceber uma forma estática ou uma imagem fixa. Elas possuem instituições e estruturas dotadas de vitalidade e mobilidade, embora não constituam um movimento dirigido como no totalitarismo. Talvez a imagem que a autora faz da promessa seja a mais adequada: um oceano com ilhas que são demarcações de limites e sentidos compartilhados. Esta imagem é aberta a várias topografias, paisagens e mudanças, tais como um governo que promove a liberdade pública.

Nestes momentos em que a ação e a participação na política se tornaram a principal atividade humana, as faculdades do espírito deveriam auxiliar no diálogo, na formação e expressão de opiniões, na persuasão, na intersubjetividade e na responsabilidade por fazer e cumprir promessas mútuas, os compromissos públicos. O diálogo pode ser favorecido pelo pensar na medida em que esta faculdade questiona preconceitos e prejuízos e, desse modo, permite que a faculdade de julgar formule novos conceitos e juízos. O querer, faculdade que também está relacionada com o futuro, pode auxiliar a sustentar as promessas mútuas – projeta como o mundo pode ser preservado, quais atitudes cuidam do mundo e do vínculo com os concidadãos e as concidadãs. Já a faculdade de julgar é capaz de formular juízos e opiniões que podem ser comunicadas na medida em que leva em consideração os outros, imagina como uma opinião pode cortejar a concordância ou o apoio dos demais.

Concepção de liberdade, objetivo da política, espaço público e atividades humana

É importante levar em conta dois aspectos que ainda não foram mencionados com relação às formas de governo: mesmo aquelas que promovem a dominação podem afirmar a existência da liberdade. Ainda, a definição de liberdade vai impactar nas atividades humanas, na configuração do espaço público e na condução do governo. Nesse sentido, temos que pensar nas diversas definições de liberdade e que tipo de atividade esta liberdade pressupõe.

No período da democracia ateniense e da república romana, a liberdade era entendida como política, algo experimentado no espaço público por meio da ação em conjunto, dos discursos públicos. Arendt aponta que com o fim da experiência democrática e republicana, o espaço público foi reduzido e a liberdade política perdeu seu lugar. Nesse contexto, a liberdade se tornou um problema filosófico (ARENDR, 2005, p. 191) e passou a ser considerada como algo que pertencia ao interior do sujeito.

A liberdade interior surge então com a obliteração da participação política e pressupõe uma retirada do mundo. A interioridade não precisa estabelecer contato com o mundo. Arendt adverte que interioridade não pode ser confundida com o espírito ou o coração, pois estes funcionam a partir de uma inter-relação com o mundo, as experiências mundanas afetam o coração e “provocam” as faculdades do espírito (ARENDR, 2005, p. 192). A autora afirma que a liberdade da interioridade foi

descoberta na Antiguidade tardia por aqueles que careciam de mundo e que procuravam uma liberdade que fosse possível em qualquer contexto, mesmo sendo um escravo ou sob o domínio de um tirano ou ditador.

A liberdade da vontade surgiu com a tradição cristã. A vontade era considerada livre pois estava acima do conflito entre razão e paixões, era causa de si mesma, não estava necessariamente subjugada por imperativos racionais ou passionais. Nessa perspectiva, a vontade quando era bem conduzida levava à salvação. Para conduzir bem o livre-arbítrio era preciso que cada um ligasse sua vontade à vontade de Deus. Isso seria possível de dois modos: ou se dedicando à contemplação e ao estudo da teologia cristã ou seguindo os dogmas da Igreja. Nesse contexto, essa liberdade cristã está imbricada com um governo que dê espaço para a autoridade da Igreja de aprovar ou desaprovar a conduta dos seres humanos e irá estimular um modo de vida dedicado à contemplação religiosa e à obediência (ARENDR, 2005, p. 197).

Arendt afirma que após a queda do império romano a Igreja ofereceu um substituto para a cidadania. A ascensão do privado para o público foi substituída pela ascensão do secular ao religioso (ARENDR, 2010a, p. 40). Neste contexto, todas as atividades humanas são voltadas para o lar e para a salvação da alma.

A liberdade interior não dizia respeito somente à vontade, em alguns casos se ligou ao pensamento. Esse tipo de liberdade era típico do filósofo e cientista e consistia no afastamento do mundo e da associação com outras pessoas para se relacionar e dialogar consigo mesmo. Porém, esse pensamento não era muito influenciado pelo que ocorria no âmbito público, que se encontrava restrito, nem aquilo que se pensava era divulgado amplamente aos outros (ARENDR, 2005, p. 204). Assim, o pensamento possuía uma fraca ligação com o mundo.

Na modernidade, com a emergência do liberalismo surgiu uma concepção de liberdade vivida no espaço privado. Para os liberais, liberdade está na individualidade e na engenhosidade para fabricar e produzir coisas (ARENDR, 2005, p. 193). Isso significa que a liberdade se realiza nas atividades privadas de trabalhar e fabricar. Do mesmo modo que a ascensão ao sagrado na Idade Média substituiu a entrada na vida pública, na modernidade, a riqueza, a acumulação, o consumo ou a exibição da capacidade de consumo ganham estatuto privilegiado. Os prazeres privados substituem o gosto pela participação nos assuntos públicos e a bem-aventurança da salvação. Constant (1999, p. 10) confirma essa substituição ao dizer que "os progressos da civilização, a tendência comercial da época, a comunicação entre os povos multiplicaram e variaram ao infinito as formas de felicidade particular".⁸

⁸ Entendemos que Constant representa bem o pensamento liberal na defesa do governo representativo, na ênfase das atividades privadas e na recusa de reconhecer as novidades políticas da experiência revolucionária. Principalmente, o gosto pela liberdade pública.

No contexto de emergência do liberalismo, a vida interior importa na medida em que a mente é mobilizada na fabricação e produção de coisas, isto é, a mente elabora a ideia ou forma dos produtos finais, define os meios de produção, busca pela utilidade das coisas e instrumentos. Trata-se de uma vida espiritual ligada a uma racionalidade instrumental.

De acordo com Arendt, no século XVII emergiu a liberdade liberal e com isso era preciso um novo tipo de governo para assegurá-la. O governo deveria ser limitado por leis para garantir a independência individual, deveria se ocupar com a segurança da vida, da propriedade e com a ausência de impedimentos arbitrários (ARENDR, 2005, p. 196). Nesse contexto que começa a defesa de monarquias constitucionais e de um poder público que não interfira nas questões privadas e individuais. É importante destacar que o governo desde a antiguidade tardia passa a ter uma finalidade extra-política: primeiro, a salvação das almas, depois, o interesse ou bem-estar dos indivíduos.

No século XVIII e XIX, com a emergência de diversos levantes revolucionários que denunciam a monarquia como um regime que interdita o espaço público e reivindicam a participação no governo, o liberalismo é levado a pensar numa forma de governo capaz de garantir alguma participação e estimular as atividades privadas. Nesse contexto, a democracia representativa pareceu ser o melhor regime de governo, pois ele permitia uma pequena influencia popular no governo por meio do voto e da nomeação de representantes e liberava a maioria dos indivíduos para as atividades econômicas. Nas palavras de Benjamin Constant: “O sistema representativo é uma procuração dada a um certo número de homens pela massa do povo que deseja ter seus interesses defendidos e não tem, no entanto, tempo para defendê-los sozinho” (Constant, 1999, p. 23).

Arendt afirma, contudo, que o governo representativo é um governo oligárquico, não no sentido de ser um governo de poucos para poucos, mas no sentido de ser o governo de poucos que supostamente governa no interesse da maioria. Se afirma democrático não no sentido de proporcionar participação ampliada e popular, mas porque está voltado para o bem-estar dos indivíduos. De todo modo, trata-se de um governo que restringe e controla o poder do povo, pois o espaço e a liberdade pública são reduzidos e somente os representantes eleitos tomam parte nos assuntos da comunidade.

Além disso, a autora adverte que a concepção liberal com o tempo conduziu a uma redução da importância dos representantes em prol do crescimento da burocracia. No liberalismo, uma vez que a finalidade do governo consiste na segurança e no bem-estar, os governantes devem ter o monopólio do uso da violência para manter todos em respeito e promover o crescimento econômico. Ora, os especialistas e burocratas sabem melhor do que os políticos profissionais como administrar o Estado em favor do crescimento econômico.

A autora aponta, portanto, para uma progressiva perda de espaço de ação no âmbito do governo: primeiro, a representação se tornou mais importante do que a participação nos assuntos públicos, depois, a burocracia se tornou mais relevante do que a representação. Quando o governo tem

como principal objetivo a administração econômica, a atuação dos representantes pode ser considerada incompetente e inútil (ARENDDT, 2011, p. 341).

Na Europa o crescimento da burocracia desembocou na criação do Estado de bem-estar social. Nas palavras de Arendt (2011, p. 340):

“[...] todas as questões políticas no Estado de bem-estar social são, em última análise, problemas administrativos, a ser tratados e decididos por especialistas, caso em que nem mesmo os representantes do povo chegam a dispor de uma autêntica área de ação, mas são funcionários administrativos, cujo encargo, embora no interesse público, não se diferencia na essência dos encargos de uma administração privada”.

Contudo, o governo burocrático puro não surgiu na Europa e não consistiu no Estado de bem-estar social, ele surgiu com o imperialismo na África e na Ásia no final do século XIX. Arendt afirma que o imperialismo precisou criar um novo tipo de governo para garantir a dominação, a expansão territorial e a expansão de mercado consumidor e da produção. A burocracia nas colônias não consistia apenas no governo de especialistas e técnicos que agem de acordo com normas e procedimentos pré-determinados, ela consistia também no uso recorrente da violência, o qual era uma das técnicas mais eficazes que a burocracia podia lançar mão.

Para Arendt, o governo nas colônias consistiu numa expansão dos Estados europeus no que dizia respeito à burocracia e à força militar. Não foi estabelecido nas colônias nenhum órgão representativo ou espaço para debate e deliberação pública. Em outras palavras, as normas e regras burocráticas não eram perpassadas ou limitadas por leis e direitos e o governo se mantinha pela violência.⁹

A administração nas colônias era baseada na ideia de que as pessoas que viviam na África e na Ásia tinham formas de vida atrasadas, selvagens e que pertenciam a raças inferiores, por isso, não poderiam ser regidas pelas mesmas leis e ter as mesmas estruturas políticas que as das nações europeias nem mesmo precisava de uma instituição dedicada a representação dos colonizados.¹⁰ Segundo a autora, o modo de governar burocrático é hierarquizado, os funcionários devem cumprir as ordens dos superiores sem se preocupar com questões de direito ou éticas, comportando-se de modo a cumprir sua função de acordo com o treinamento recebido (ARENDDT, 1989, p. 216).

9 Arendt relacionou os elementos criados na experiência colonial imperialista do governo burocrático e do racismo com o totalitarismo, porém não desenvolveu uma discussão de como estes elementos foram apropriados pelas democracias representativas liberais. Quando ela trata do Estado de bem-estar social, analisa o papel da burocracia e a redução do espaço público-político em nome do consumo, da produtividade e do bem-estar. Contudo, a autora não analisa a relação entre violência, racismo e burocracia no Estado de bem-estar social.

10 De acordo com Arendt, o imperialismo produziu dois novos mecanismos de organização pública: a raça como marco da estrutura política que divide a humanidade em grupos distintos e a burocracia como princípio de domínio ou de governo.

Arendt (1989, p. 244) afirma que o burocrata é treinado, disciplinado, leal, obediente e preza pelo sigilo, pois entende que sua função consiste em atuar nos bastidores.¹¹ A autora aponta para uma ausência de espaço público com visibilidade. O governo burocrático rejeita o mundo comum na medida em que é indiferente e alheio com relação aos governados, não cultiva nenhum vínculo com eles e não se importa com o que lhes acontece e com o que lhes é feito (ARENDR, 1989, p. 242).

Na burocracia tanto o governante como o governado devem comportar-se de acordo com as normas decretadas. É importante ressaltar que esse comportamento é diferente do condicionamento totalitário. O totalitarismo se baseia na ideologia e no terror, o comportamento produzido pela burocracia se baseia na economia e na violência instrumental. A economia como ciência presume que todos na sociedade possuem um único interesse, a saber, o bem-estar individual e o aumento da riqueza privada. Para que esse pressuposto se torne realidade é preciso normatizar uma racionalidade que seja resumida a um cálculo matemático que deve ter como resultado a maximização do interesse individual. Ou, como aponta Bentham, uma equação da soma dos prazeres menos as dores para avaliar a utilidade de toda atividade humana. Além disso, é preciso considerar que toda atividade humana consiste em sustentar a vida individual e familiar (ARENDR, 2010a, p. 56). Nesse sentido, o bom cidadão no governo burocrático é o sujeito normatizado, que calcula e maximiza a produtividade de suas atividades.

A burocracia parece ter um formato semelhante à ditadura, pois envolve uma hierarquia e a obediência. Entretanto, seu princípio não consiste numa crença em uma autoridade transcendente. O princípio que estabelece o comportamento de governantes e governado é uma lei econômica ou norma pseudocientífica, que parece não ter sido produzida por ninguém, nem pela natureza, por Deus ou pelos seres humanos. É simplesmente uma norma verdadeira que supostamente foi comprovada cientificamente. Segundo Arendt, em resumo, a burocracia é o governo de ninguém em que o Estado funciona de acordo com certas regras determinadas por um saber técnico e onde todos se comportam de acordo com normas fundadas nas ciências. Nas palavras da autora:

[...] sua inicial substituição da ação pelo comportamento e sua posterior substituição do governo pessoal pela burocracia, que é o governo de ninguém, pode convir também lembrar que sua ciência inicial, a economia, que altera padrões de comportamento somente nesse campo bastante limitado da atividade humana, foi finalmente sucedida pela pretensão onabrangente das ‘ciências sociais’ que, como ‘ciências do comportamento’, visam a reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal comportado e condicionado (*A Condição Humana*, p. 55).

Podemos perceber que o governo burocrático parece ser mais adequado do que o governo representativo para uma concepção de liberdade individual voltada para as atividades de trabalho,

¹¹ A figura do burocrata é ilustrada pela autora ela por meio da analogia com o teatro de bonecos em que aqueles que puxam os cordões não aparecem em cena e fazem tudo funcionar de acordo com o papel que lhes foi atribuído.

produção e consumo. A burocracia por defender um governo impessoal e de acordo com o saber técnico e regras econômicas, promete otimizar o tempo e espaço para as atividades e prazeres individuais. Trata-se de um modo de governo que restringe a liberdade política em nome da liberdade individual pregada pelo liberalismo. No entanto, Arendt afirma que esse governo de ninguém, apesar de aparentemente não interferir nas atividades privadas individuais, não deixa de ser despótico uma vez que reduz tanto as atividades no espaço público quanto as da vida do espírito. De fato, a burocracia enquanto forma de governo não interfere na atividades privadas do indivíduo, pois o indivíduo e o empenho "livre" de tempo e energia no trabalho e nas atividades produtivas é justamente o que este governo que produz e prescreve. Para tanto, o governo burocrático precisa estimular o pensamento calculador, egocentrado, a obediência e condicionar comportamentos.

Considerações finais

Arendt trata de formas de governo e de suas estruturas, instituições, configurações do espaço público, concepções de lei, essências de governo, princípios, modelos de cidadania, atividades que são estimuladas e o modo de mobilizar as faculdades do espírito. Mas esta análise não é um esquema desconectado de contextos históricos e políticos particulares. As formas de governo tem uma historicidade. Assim como a concepção de liberdade também possui historicidade: uma origem e mudanças no seu significado ao longo do tempo em razão de eventos que impactaram o mundo e sua organização.

Levando em consideração o que foi discutido acima, é possível afirmar que mesmo quando uma forma de governo é criada em nome da liberdade, ela pode restringir e acabar com a liberdade política. Quando a liberdade foi entendida como sinônimo de vontade a partir da Antiguidade tardia, o governo deveria seguir a vontade de Deus, sendo a instituição ou grupo que representa esta vontade que deveriam governar de fato. Ainda, a liberdade enquanto livre-arbítrio fundamentou com a secularização a concepção de que o governante deve ter uma vontade soberana que se impõe sobre as demais (ARENDR, 2005, p. 212). Nesse sentido a vontade de um monarca, ou de um grupo ou da maioria deve guiar o governo.

Para a autora, a liberdade entendida como vontade soberana só pode ser conquistada e mantida ao preço da liberdade dos demais. Por isso, tal concepção pôde legitimar tiranias e ditaduras - caso em que se afirma que o governo torna soberana uma vontade natural ou divina.

Já na Modernidade, quando a liberdade foi entendida no sentido individual há uma diminuição da esfera pública, aumento da esfera privada e surgimento da esfera social. A esfera social coloca como sendo de interesse público o processo vital, a produtividade, o consumo e o acúmulo de riqueza. Nesse contexto, "O que tradicionalmente chamamos de Estado e de governo cede lugar aqui à mera

administração [...]” (ARENDR, 2010a, p. 54). A crescente administração no Estado chega ao ápice quando a burocracia se torna uma forma de governo.

Mostramos neste artigo também que Arendt ao tratar de governo indica tanto as estruturas, quanto aquilo que o move, seu princípio, e ainda, seu efeito nas atividades e no espírito humano. Ela pensa no governo num sentido lato que implica tanto as estruturas políticas institucionais quanto as relações de governo de si e dos outros, as condutas, comportamentos e as formas de se relacionar consigo mesmo. Nesse sentido, é interessante ressaltar que Arendt também pode ser considerada uma das grandes pensadoras contemporâneas do governo, não só das formas de governo, mas do governo de si, ou nos termos da autora no governo das atividades da vida ativa e da vida do espírito. Quando discutimos sobre governo, geralmente, Foucault é considerado o grande pensador em razão de seu conceito de governamentalidade que indica tanto as técnicas de governo dos outros quanto as técnicas do governo de si. É preciso considerar que Arendt tra uma contribuição para este debate, pois, a partir do pensamento da autora podemos analisar como a forma de governo e a configuração do espaço público impactam na interioridade, na mente dos seres humanos e no modo como as atividades são realizadas. A forma de governo, instituições e modos de conceber a liberdade, podem fomentar ou restringir a pluralidade e com isso atingir as singularidades. Na medida em que impacta nas experiências e no mundo, a forma de governo também está relacionada com normas de comportamento humano, com a abertura ou fechamento para a espontaneidade. Ainda, por delinear o espaço público, a forma de governo tem relação com o que aparece e circula publicamente: opiniões, pensamentos, juízos e preconceitos e isto influencia na relação do sujeito com os outros e consigo mesmo.

Levando em consideração que Arendt é uma pensadora do governo e que a preocupação da autora consiste em discutir, principalmente, as formas de governo contemporâneas, entendemos que o estudo do pensamento da autora pode contribuir com os debates sobre o governo neoliberal contemporâneo.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- _____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CÍCERO, M. T. *Do sumo bem do sumo mal*. São Paulo: Editora WMF Martions Fontes, 2020.
- CONSTANT, B. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. São Paulo, nº 1, 1999.
- LA BOËTIE, E. *Discurso sobre a servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LEFORT, C. “Hannah Arendt e a questão do político”. In: *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.